

# IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO PELA ÓTICA DA CLASSE SOCIAL DOS CIDADÃOS PESQUISADOS

Deborah Moraes Zouain<sup>1</sup>  
Breno de Paula Andrade Cruz<sup>2</sup>  
Steven Dutt Ross<sup>3</sup>

## Resumo

Este trabalho verifica empiricamente a existência de relação entre classe econômica e percepção sobre a imagem da polícia. Especificamente, o artigo apresenta quais fatores podem explicar a percepção da imagem da autoridade policial na cidade do Rio de Janeiro. Com base na utilização de dados secundários (RAMOS e MUSUMECI, 2005), foi realizado um recorte nos dados e aplicadas técnicas de Estatística Descritiva e Análise Fatorial para obtenção de interações e possíveis constructos na percepção da imagem da polícia na cidade do Rio de Janeiro pelos sujeitos da pesquisa (cidadãos de todas as classes sociais que mantiveram algum tipo de contato com a Polícia Militar do Rio de Janeiro). Assim, este estudo encontrou dois principais elementos que constroem a imagem da polícia percebida pela população carioca: (i) a imagem hostil da polícia e (ii) a imagem organizacional da polícia. Esses constructos permitiram a verificação empírica da imagem da polícia percebida pelas classes sociais. A principal contribuição deste artigo é evidenciar que tanto a classe baixa como a alta têm uma imagem negativa da polícia. Logo, não é a proximidade dos cidadãos de baixa renda com a Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro que influencia uma percepção negativa da imagem da polícia, uma vez que esses resultados também foram encontrados na classe alta.

**Palavras-chave:** Imagem, Polícia Militar do Rio de Janeiro, Classe social

## Abstract

This paper empirically verifies the relationship between the perceived social class and the perception on the police image. In special, this article presents the factors capable of explaining how the police authority's image is viewed in Rio de Janeiro. By using secondary data, a Basic Statistics and a Factorial Analysis were carried out with the

---

<sup>1</sup> Professora Titular e Vice-Diretora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Diretora e Editora da Revista de Administração Pública – RAP. Doutora em Engenharia de Produção. E-mail: Deborah.zouain@fgv.br

<sup>2</sup> Doutorando em Administração (Easp-FGV); Mestre em Administração Pública (Ebape-FGV); Administrador pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: breno.cruz@fgv.br

<sup>3</sup> Doutorando em Engenharia de Produção (UFF); Mestre em Administração Pública (Ebape-FGV) e Estatístico pela Ence (IBGE). E-mail: steven.ross@fgv.br

purpose of obtaining interactions and potential constructions on how the interviewees perceive the police image in the city of Rio de Janeiro. In such way, this study found two capital elements that build the way Rio de Janeiro citizens perceive the police image: (i) the hostile image and (ii) the organizational image of the police. These constructions allow us to empirically verify the way social classes view the police image. The main purpose of this article is to bring evidences on the fact that not only low-income citizens, but also high-income citizens, have a negative perception on the police force. This verification opposes to the common sense, which believes that the close relationship between low-income citizens and the Military Police members, who take peculiar (or aggressive) actions, may influence the negative perception on the police image.

**Keywords:** Image, Rio de Janeiro Police Authorities, Social classes.

## **1. O Contexto da Percepção da Imagem da Polícia**

A importância da ação da polícia nas diversas regiões do país é foco de estudos sociológicos, históricos e recentemente gerenciais (principalmente na perspectiva da Administração Pública, como, por exemplo, participação de policiais na formação de milícias, processo de formação profissional de futuros policiais, brutalidade, violência e corrupção de policiais). Nesta última área de conhecimento, Administração Pública, os temas mais comuns estão relacionados a violência e eficiência do Estado, segurança pública e relações de trabalho e ética nas organizações militares, por exemplo.

As diferenças culturais existentes entre os estados brasileiros, o processo de formação dos policiais militares em cada estado, a atuação repressora ou consciente desses policiais em determinadas situações ou a própria dinâmica do espaço geográfico e das relações sociais podem acabar por influenciar a percepção dos cidadãos com relação à imagem da polícia em alguma área.

A imagem das corporações militares estaduais é construída de acordo com sua atuação diante de determinadas situações e fatos. Para alguns cidadãos, a instituição militar é, por natureza, corrupta. Já para outros, a polícia é a responsável pela harmonia e integração social na busca do bem-estar social. Muitos cidadãos, que moram na cidade do Rio de Janeiro ou que veem na mídia as notícias sobre a violência na cidade, acabam por classificar o Rio de Janeiro como a cidade mais violenta do Brasil e podem até fazer uma relação implícita entre a violência e a ineficiência da polícia carioca na repressão ao

crime. Assim, como é percebida a imagem da Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro?

Um fato recente de corrupção nessa instituição, com repercussão nacional, foi o saque de um caminhão de cerveja no Méier (bairro da cidade do Rio de Janeiro) por policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. O caso gerou indignação tanto na comunidade quanto nas autoridades. O secretário de Segurança Pública questionou a credibilidade da polícia com a população (O GLOBO ONLINE, 2008). O trecho a seguir caracteriza esse debate cercado de medo, brutalidade e corrupção:

As frequentes notícias de brutalidade, corrupção e arbítrio envolvendo os agentes da lei invadem o nosso dia a dia e parecem servir para confirmar, no plano da subjetividade coletiva, um tipo de suspeita estrutural projetada sobre aqueles aos quais delegamos a complexa e difícil missão de fazer convergir, na ordem política dos eventos, os princípios democráticos da legalidade e da legitimidade (MUNIZ, 1999, p. 256).

De acordo com Santana (2002), já há algum tempo a Polícia Militar vem demonstrando o desejo de mudar a imagem de uma polícia repressora e alheia aos interesses das comunidades, e é a busca por essa aproximação que faz com que, no Brasil, a maioria das experiências de aproximação com a comunidade seja realizada por iniciativa das polícias militares (SANTANA, 2002, p. 20).

A eficiência do trabalho da polícia pode estar, em boa parte, na dependência da confiança e da colaboração espontânea da comunidade, quando, por exemplo: (i) as pessoas confiam na polícia, (ii) notificam os crimes de que foram vítimas, (iii) testemunham na justiça para que criminosos sejam presos e fornecem informações sobre o paradeiro de criminosos procurados. Quando não existe essa relação de confiança, o que impera é a lei do silêncio, a subnotificação de crimes e a liberação de suspeitos por ausência de provas (KAHN, 2003, p. 4).

De acordo com Soares (2005), a suspeita está para a polícia assim como o medo está para a população. O autor afirma ainda que as polícias acabaram por se tornar instrumentos da opressão social (SOARES, 2005). Isso não acontece em outras polícias pelo mundo. Como essa função não é enraizada no papel de um policial, é possível mudar essa imagem. Soares argumenta que as polícias não existem, na democracia, para serem

algozes de negros e pobres, ou para servirem às elites e protegerem as camadas médias (SOARES, 2005).

Abranches (1994) relata que já existe a noção de que toda repressão deve ser rejeitada *a priori* em vários estudos. Praticamente todas as manifestações de autoridade foram estigmatizadas como repressivas, mesmo as rigorosamente obedientes à ética democrática. A ação policial e a manifestação da autoridade, ainda que dentro dos parâmetros da ética democrática, passaram a sofrer restrições enormes, em nome dos direitos humanos e de uma noção infundada de cidadania, coletivista, corporativa, qualificada por gênero, por etnia e, às vezes, até pela geografia urbana (ABRANCHES, 1994).

Dado esse contexto de repressões, de abuso de autoridade e de corrupção, este trabalho tem como objetivo compreender a imagem da polícia em diferentes classes sociais no Rio de Janeiro. Especificamente, procura-se: (i) entender quais são as categorias que compõem a imagem da polícia na cidade do Rio de Janeiro; (ii) verificar se existem diferenças na imagem da polícia nas classes sociais; (iii) se existirem tais diferenças, identificar se elas são significativamente piores nas menores classes econômicas.

O artigo se torna relevante pelo fato de a confiança na polícia militar constituir elemento-base da investigação policial. De acordo com Kahn (2003), a informação é a principal matéria-prima do trabalho policial, tanto a informação macro (sobre as tendências e características do crime em determinadas áreas) quanto a informação micro (que leva ao desbaratamento de quadrilhas e à prisão de suspeitos).

Além disso, compreender a imagem da organização militar e sua percepção pelos cidadãos é importante e ímpar, uma vez que as características desse tipo de organização são específicas e o contexto da violência na cidade do Rio de Janeiro é um tanto quanto singular quando comparado às outras cidades no Brasil. Abordar a percepção da imagem da polícia pelos cidadãos é essencial para que reflexões sejam realizadas com o objetivo de transformar essas organizações e buscar o bem-estar da população.

O trabalho está dividido em quatro sessões. Esta primeira fez uma contextualização do tema abordado no trabalho e apresentou o problema de pesquisa e o objetivo geral. A



sessão seguinte apresenta a base teórica deste estudo no que diz respeito à imagem da polícia. A sessão 3 apresenta os métodos de análise de modelos de análise fatorial e análise de variância. A sessão 4 apresenta os resultados da percepção dos cidadãos cariocas com relação à imagem da polícia. E, por fim, a quinta e última parte do trabalho apresenta as principais conclusões e implicações deste estudo.

## **2. A Imagem da Polícia e os Estudos Organizacionais**

Em uma pesquisa recente, Cárdua (2003) estudou a exposição à violência e os seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. De acordo com a autora, a experiência de exposição à violência, combinada com essa imagem da polícia, alimenta a sensação de que esta não garante a segurança das pessoas e de que as leis não protegem os cidadãos.

Alguns estudos apontam o uso da força e a ostensividade na ação policial como pontos centrais que devem ser analisados pela sociedade e pelo Estado no que diz respeito à preservação da ordem social e da imagem das organizações militares. Em Muniz *et al.* (1999), encontra-se um debate sobre o uso da força por policiais, evidenciando-se que algumas intervenções, que seriam tecnicamente corretas do ponto de vista militar, são consideradas banais (por eles e pela sociedade) pelo fato de serem lançadas à vala comum da brutalidade policial.

Qual é o contexto dessas ações policiais brutais e ostensivas? Quais são as crenças, pressupostos, valores, ritos e mitos que norteiam as ações desses policiais e das organizações militares estaduais? Conforme apresenta Muniz (1999), o fazer ostensivo da polícia está ligado aos aspectos culturais institucionais e informais. Assim, o conceito de cultura organizacional é mais que relevante na relação com a imagem da polícia.

Ao analisar o processo de socialização organizacional de uma organização militar, Brito e Pereira (1996) analisaram o processo de formação dos recrutas. No processo, a subjetividade dos sujeitos e a cultura organizacional são condicionadas por um clima de tensão em todo o processo. O principal rito de passagem é a conclusão do curso, fato que os credencia como militares e não mais apenas civis. A obediência à hierarquia é a

principal característica destacada pelos sujeitos que participaram do campo de estudo dos autores.

Alguns autores na área das Ciências Sociais estruturam seus argumentos e caracterizam a imagem da polícia com aspectos sociológicos, e suas interpretações na maioria das vezes estão relacionadas a essa área de conhecimento. Entretanto, o conceito de imagem da polícia construído neste artigo surge com base na área organizacional, utilizando-se dos conceitos de marketing relacionados à imagem da organização. Assim, imagem, na perspectiva organizacional, pode ser entendida como a visão dos *stakeholders* sobre uma organização ou seus colaboradores ou integrantes diretos. Logo, imagem da polícia neste contexto organizacional pode ser entendida como a percepção dos *stakeholders* (cidadãos, mídia, Estado e a própria organização militar) com relação às ações, valores e atitudes dos membros que compõem a organização Polícia Militar.

### **3. Raízes da Reputação da Polícia**

O termo Imagem tem suas origens epistemológicas na área de Comunicação Social e vem sendo utilizado em diversas áreas de conhecimento, especialmente em Administração, para analisar a Reputação de uma empresa. É necessário demarcar conceitualmente a diferença entre Imagem e Reputação para que as análises realizadas neste artigo estejam em consonância com as teorias em Comunicação Social. Nesse sentido, Imagem está direcionada à percepção de um grupo específico sobre a postura de uma organização. Reputação envolve todos os grupos que mantêm contato (direto ou indireto) com uma organização e fazem uma análise da postura de uma organização (Argenti, 2006).

Assim, é importante destacar que neste trabalho é analisada a imagem percebida pelas classes sociais. Cada classe social terá sua percepção sobre a polícia. Quando agregadas a outras percepções, de outros grupos ou classes sociais, essas imagens formarão a Reputação da Polícia.

De acordo com um estudo realizado em Goiânia (GO), Jesus Júnior (2004) aponta que a imagem da polícia está desgastada perante a sociedade, que vê nessa instituição uma extensão das barbaridades praticadas por bandidos (JESUS JÚNIOR, 2004, p.113).

O autor também apresenta a visão da polícia pelos sujeitos sociais. Nesse trabalho, destaca-se a análise da avaliação da eficiência policial – 70% consideram pouco eficiente – e a imagem da polícia pelos moradores – 61% associam a polícia a uma imagem negativa (JESUS JÚNIOR, 2005). O texto abaixo exemplifica a tensão na relação PM e Cidadão.

Os encontros ordinários entre PMs e cidadãos costumam ser marcados pelo receio mútuo e pela incerteza acerca do que realmente “pode acontecer”. Tudo se passa como se policiais e cidadãos constituíssem dois mundos radicalmente distintos e impenetráveis, e que a interação entre eles não devesse jamais ocorrer, permanecendo apenas como uma possibilidade remota. Note-se que isto se dá de tal maneira que durante a “indesejada” e “temida” colisão os dois lados (PMs e “Civis”) apresentam-se como se estivessem sempre posicionados no lugar e momentos errados. Nesses termos, cruzar acidentalmente com a polícia em alguma esquina da cidade consistiria em um golpe de azar, seria um claro sinal de que *a priori* “algo está errado” ainda que não se saiba exatamente o quê. (MUNIZ, 1999, p. 257).

Essa imagem é corroborada por outra pesquisa com resultados semelhantes. No ano de 1995, em uma pesquisa do DataFolha (Kahn, 2003, p. 5), foi verificado que 18% dos entrevistados têm medo da polícia equivalente ao medo dos bandidos; essa taxa aumentou para 33% em 1997. De forma inacreditavelmente significativa, 12% dos entrevistados chegam a informar que têm mais medo da polícia do que dos bandidos, taxa que se eleva para 23% em 1997. Parte do aumento se deve ao episódio da Favela Naval em São Paulo (KAHN, 2003, p. 5).

**Tabela 1 - Medo da polícia ou dos bandidos?**

	<b>1995</b>	<b>1997</b>
Da polícia	0,12	0,23
Dos bandidos	0,68	0,42
De ambos na mesma proporção	0,18	0,33
De nenhum dos dois	0,01	0,01

Fonte: DataFolha (1995, 1997 *apud* KAHN, 2003).

De acordo com Kahn (2003, p. 4), “associadas à ineficiência e à violência, as polícias brasileiras passam por uma séria crise de legitimidade. Inúmeros exemplos poderiam ilustrar esta afirmação, mas talvez o mais sintomático seja o do temor da polícia, comparado ao temor dos bandidos”.

Abranches (1994) também faz uma interpretação do fenômeno da falta de confiança na polícia. De acordo com o autor, a autoridade do banditismo chega a ser mais legítima do que a autoridade pública, democraticamente constituída. Essa noção, absolutamente conivente com a barbárie, tem sido reforçada pela indignação popular justificada contra a violência policial, os grupos de extermínio, a corrupção das elites e o clientelismo público.

Nascimento (2003) apresenta o aspecto dual da polícia. De acordo com o autor, “os policiais militares, por sua vez, inserem-se em eventos mais críticos do ponto de vista político. Sua imagem está intimamente ligada à violência e ao crime, entre outros elementos simbólicos que congregam tanto desejo e fascinação, quanto receio e medo”.

Quando se pede aos entrevistados que avaliem o atendimento que recebem da polícia, os resultados mostram que há várias imagens da polícia dependendo do grau de exposição à violência. Estas imagens chegam a ser radicalmente opostas. Para quem tem pouca exposição, a polícia é ágil no atendimento aos chamados da população, consegue manter as ruas do bairro tranquilas, dá assistência às vítimas, e é educada no trato com as pessoas. Aqueles que são mais expostos à violência têm a imagem reversa (CÁRDIA, 2003, p. 314).

As classes mais populares estão entre as que têm maior exposição à violência na cidade do Rio de Janeiro. Essa exposição chega a ser diária. Entretanto, deve ser avaliado se essa exposição chega ao âmbito de segmento social ou se é apenas da conjuntura individual. De acordo com Abranches (1994), o democratismo alimenta a noção anárquica de que a autoridade constituída, porque é conivente com as desigualdades, tende sempre a desprezar as cidadanias, sobretudo nas classes populares.

Ao comparar a Polícia Militar com o Corpo de Bombeiros, Nascimento (2003, p. 97) argumenta que “numa manifestação, por exemplo, os policiais militares reprimem e controlam por meio do uso da força enquanto os bombeiros encarregam-se do socorro das vítimas do conflito, sejam elas policiais ou civis. Esta diferença de significados atribuídos à profissão tem profundos impactos na afirmação identitária de ambas as instituições.”

Por outro lado, Toigo e Felix (2004, p. 9) vinculam a imagem policial com a ditadura militar. Assim, os autores acreditam “que essa reação da população deve-se à herança do regime militar onde a prática da instituição era basicamente repressora e da



qual ainda não conseguiu se libertar, criando inclusive um estereótipo da imagem policial inerente ao senso comum”. Existe uma percepção da imagem negativa da polícia muito relevante, que pode ser descrita no trecho a seguir:

“Por motivos históricos, em todo o Brasil a delegacia se estabeleceu como um lugar de negação da cidadania. Ontem, lugar infecto destinado a receber os ‘suspeitos’ das classes populares ‘para averiguações’. Lugar da tortura e do pau de arara. Hoje, lugar sombrio que serve de depósito de presos vindos das mesmas classes (os bandidos com curso superior têm direito a prisão especial). Lugar subterrâneo propiciador de práticas condenadas pela sociedade, porém, de certa forma, sabidas e toleradas por ela. Ainda hoje, um lugar de sinal negativo, o que explicita o fato de o cidadão do povo, para atestar sua idoneidade moral, costumar dizer orgulhosamente: ‘Nunca estive em uma delegacia’” (GAROTINHO *et al.*, 2001, p. 175 *apud* PAES, 2004, p.16).

O medo e seus aspectos correlacionados são justificáveis e compreensíveis, mas são perigosos e destrutivos quando se convertem em atitudes mentais (SOARES, 2005). Assim, é destacada pelo autor a evidente necessidade de transformação da imagem da polícia no Brasil. Chesnais (1999, p. 62) afirma que “a imagem da polícia, em sua natureza profunda, é que tem de ser mudada. Ela não deve ser vista como parasita, mas como instância intermediária da república entre os cidadãos, como defensora dos fracos contra os fortes, das pessoas honestas contra os marginais.”

Várias tentativas foram feitas no sentido de mudar a imagem da polícia e aumentar o nível de confiança e diminuir o medo. Entre essas tentativas, vale destacar o programa delegacia legal, que “visa melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços policiais a fim de aumentar a confiança popular na capacidade que esta instituição tem de exercer seu papel e restabelecer a imagem da polícia para acabar com a desconfiança da população em entrar numa delegacia” (PAES, 2004, p.16).

Já existem vários estudos internacionais sobre a percepção das pessoas e as imagens da violência. Entre eles, vale destacar o de Gillan Jr. *et al.* (2002), que apresenta a existência da interação entre a exposição a um estereótipo reforçado pelo noticiário do jornal local e a atitude entre raça e crime no contexto racial do bairro. Nesse artigo, os autores sustentam a tese de que o que as pessoas pensam sobre raça e crime é uma função do contexto e da influência da mídia. Stalans (1993) analisa as preferências da opinião

pública sobre os casos criminais. Nesse estudo, os estereótipos criminais contribuem para as preferências punitivas das pessoas.

Diversas são as propostas de melhoria na reputação das polícias militares no país. Outra proposta que pode ser entendida como relevante para a melhoria dessa reputação, e, conseqüentemente, uma aproximação desta com os problemas da comunidade é o trabalho da Patrulha Escolar em Brasília (DF), que, apesar de direcionado para uma comunidade específica (comunidade escolar), é uma forma de policiamento comunitário, pois, pela escola chega-se às famílias, e, portanto, à comunidade (SANTANA, 2002).

#### **4. Método**

O presente artigo tem características quantitativas e utiliza dados secundários para a realização das estatísticas exploratórias e para a Análise Fatorial, com o objetivo de mensurar a imagem da polícia pela população residente na cidade do Rio de Janeiro, bem como verificar as distinções entre as classes sociais no que diz respeito à imagem da polícia nessa cidade.

Com relação aos dados coletados neste estudo, foram utilizados dados secundários gerados com base na pesquisa de Ramos e Musumeci (2005). Tal estudo teve como objetivo analisar a abordagem policial e os estereótipos sociais surgidos pela interação da população da cidade do Rio de Janeiro com a Polícia Militar. A amostra do estudo foi composta por 2.250 cidadãos, de diferentes classes sociais. O questionário utilizado pelos autores foi composto de 75 questões de múltipla escolha, tendo como pergunta-filtro a experiência anterior do respondente com a polícia. Assim, para este artigo, foram utilizados somente indivíduos que tiveram experiência anterior com a polícia, a fim de se evitarem efeitos da construção da imagem da polícia de forma indireta (como a mídia, amigos, parentes, etc.).

O questionário que gerou esse banco de dados foi elaborado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), e a coleta de dados foi realizada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas. A pergunta para mensurar a avaliação da Polícia Militar foi construída com base em uma escala de Diferencial Semântico (Apêndice 1), em que se consideraram quatro alternativas possíveis de escolha (muita, média, pouca e

nenhuma) em função de cinco itens de análise da percepção do cidadão na avaliação da Polícia Militar no Rio de Janeiro – Eficiência, Respeito ao Cidadão, Preconceito/Racismo, Corrupção e Violência.

O método de análise de dados pode ser considerado como um quase-experimento, pois não existe um controle total sobre o fator (classe econômica). De acordo com Campbell e Stanley (1979), existem “muitos contextos sociais naturais em que o pesquisador pode introduzir algo semelhante ao delineamento experimental em sua programação de procedimentos de coleta de dados, ainda que lhe falte o pleno controle da aplicação dos estímulos experimentais” (CAMPBELL e STANLEY, 1979, p. 61).

Conforme apresentado anteriormente, o objetivo deste trabalho é verificar empiricamente a percepção da imagem policial por classes econômicas. Isso se faz necessário para testar a visão de que as classes mais baixas têm mais exposição à polícia e, conseqüentemente, apresentam um maior grau de avaliação negativa do que as outras classes econômicas analisadas. Por conseguinte, essas classes estarão mais distantes do Estado.

O pressuposto desta pesquisa é que a imagem da polícia tende a ser pior em classes econômicas com menor poder aquisitivo pelo fato de elas estarem (provavelmente) mais expostas ao contato direto com a Polícia Militar. As reclamações contra abordagens desnecessariamente grosseiras e brutais são uma constante nesses locais. Assim, a hipótese deste estudo é:

<p>H<sub>1</sub>: A imagem da Polícia Militar do Rio de Janeiro é significativamente pior nas classes econômicas com menor poder aquisitivo do que nas outras classes econômicas.</p>
---

Se essa hipótese for verificada, então a imagem policial já não é conjuntural e individual, mas coletiva e dividida em segmentos sociais. Essa afirmativa é corroborada pelo argumento de que a autoridade constituída é conivente com as desigualdades e tende sempre a desrespeitar as cidadanias, sobretudo nas classes populares (ABRANCHES, 1994).

Para o tratamento dos dados e teste dessa hipótese foram utilizadas as técnicas de Análise Fatorial e Análise de Variância (ANOVA). A Análise Fatorial possibilita que a

variável resposta seja apresentada como a função linear de um único fator não observável (MORRISON, 1976), como a Imagem da Polícia. O fator comum – Imagem Policial – é gerado pela covariância das respostas observadas nos itens Eficiência, Respeito ao Cidadão, Preconceito/Racismo, Corrupção e Violência. A Análise de Variância (ANOVA) é uma ferramenta que mensura a relação entre uma variável resposta quantitativa e uma ou mais variáveis explicativas qualitativas (NETER *et al.*, 1996) – as classes sociais, divididas em quatro neste artigo.

A variável dependente é a imagem policial e foi medida pelos *factor scores* do método de Componentes Principais com base nas seguintes dimensões: eficiência, respeito ao cidadão, preconceito/racismo, corrupção, e violência, sendo todos mensurados por escalas de quatro pontos (1 – Nenhum; 4 – Muito).

O fator e os níveis do modelo de Análise de Variância foram medidos da seguinte forma: o fator foi constituído pela classe econômica, em que o entrevistado indicava em que classe econômica se encontrava. Os níveis que a pessoa poderia escolher foram: 1 - Classe alta/média alta; 2 - Classe média; 3 - Classe média baixa; 4 - Classe baixa/pobre. Os níveis Classe média alta e classe alta foram agrupados em um único grupo (Classe alta/média alta) para obter maior consistência dos resultados obtidos, uma vez que poucos indivíduos se definiram na pesquisa de Ramos e Musumeci (2005) como Classe Alta.

Finalmente, foi incorporada uma verificação da consistência da resposta do entrevistado (Apêndice 1) no que diz respeito à sua avaliação da imagem policial. Assim, além da avaliação da Polícia Militar nos cinco itens, foi solicitada ao entrevistado uma nota de zero a dez para a Polícia Militar. O resultado nessa nota foi comparado às respostas dos cinco itens para validar a mensuração do constructo Imagem Policial.

## **5. Análise dos dados**

Com relação à análise exploratória dos dados, verificou-se que um número significativo de cidadãos (aproximadamente 16%) considera que a Polícia Militar no Rio de Janeiro não tem nenhum respeito pelos cidadãos. Em relação à eficiência, 14% consideram que a polícia militar é muito ineficiente. Além disso, apenas 4,89% consideram a Polícia Militar muito eficiente. Ao mesmo tempo, nos quesitos preconceito, corrupção e violência, a imagem da polícia é percebida como péssima, pois 79% dos



entrevistados a consideram preconceituosa e 90% acreditam que é corrupta e violenta. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Em relação ao perfil e composição das pessoas entrevistadas, observa-se que estatisticamente tais indivíduos estão equilibrados em relação ao gênero (Masculino 46,82% e Feminino 53,18%) e à atividade remunerada (52,73% possuem atividade remunerada e 47,27% não possuem). No que se refere à cor, 59,16% se declaram brancos enquanto apenas 9,8% se declaram negros. A maior parte da amostra declara participar da classe econômica média baixa com aproximadamente 41% dos entrevistados compondo esse segmento.

Corroborando esse argumento, numa escala de 0 a 10, a avaliação da Polícia Militar foi a de menor média (nota 5,5) quando comparada a outras instituições de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. A Polícia Civil obteve nota 5,9, a Polícia Federal recebeu 6,5, a Polícia Rodoviária foi avaliada com nota 6,2, e a Guarda Municipal apresentou o índice de 5,6. As estimativas apresentaram um erro-padrão de 0,001.

**Tabela 2 – Análise descritiva das avaliações da Polícia Militar e variáveis sociais**

Itens	Muito	Médio	Pouco	Nenhum	Em branco
<b>Avaliação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação à Eficiência</b>	4,89	45,61	33,63	14,7	1,17
<b>Avaliação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação ao Respeito pelos Cidadãos</b>	6,03	44,06	32,64	16,85	0,42
<b>Avaliação a Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação ao Preconceito</b>	42,95	35,99	12,24	6,81	2,01
<b>Avaliação a Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação à Corrupção</b>	67,39	23,09	4,8	2,05	2,68
<b>Avaliação a Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação à Violência</b>	56,97	33,44	5,82	2,5	1,28
<b>Classe econômica</b>	Classe baixa/pobre	Classe média baixa	Classe média	Classe média alta/alta	
	36,74	40,84	21,39	1,03	
<b>Sexo</b>	Masculino			Feminino	
	46,82			53,18	

<b>Cor ou raça do entrevistado</b>	Branca	Preta	Parda	Amarela
	59,16	9,8	30,8	0,24
<b>Atividade remunerada</b>	Sim			Não
	52,73			47,27

Fonte: Construído com base nos dados da pesquisa.

### 5.1. Análise Fatorial

A imagem policial apresenta duas formas latentes de acordo com os itens e resultados da análise fatorial da tabela 3. Esses dois constructos são responsáveis por 69% da variabilidade desses cinco itens. A primeira dimensão, chamada de “*aspecto organizacional e social da polícia*”, é formada pelos componentes relacionados à ineficiência e ao desrespeito. O segundo componente, formado pelos itens relacionados com o preconceito, o racismo, a corrupção e a violência policial, foi chamado de “*imagem hostil da polícia*”. Os resultados são apresentados na tabela 3.

**Tabela 3 - Matriz de Componentes (Rotated Component Matrix)**

<b>Construtos</b>	<b>Componentes</b>	<b>(C<sub>1</sub>)</b>	<b>(C<sub>2</sub>)</b>
<b>Componente 1 (C<sub>1</sub>)</b> Imagem Hostil da Polícia	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação ao Preconceito	<b>0,666</b>	0,18
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à Corrupção	<b>0,822</b>	0,115
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à Violência	<b>0,804</b>	0,188
<b>Componente 2 (C<sub>2</sub>)</b> Imagem Organizacional da Polícia	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação ao Desrespeito	0,248	<b>0,852</b>
	Avaliação da PM do Rio de Janeiro em relação à Ineficiência	0,128	<b>0,896</b>

Método de extração: Componentes principais. Método de rotação *Varimax with Kaiser Normalization*.

### ANOVA

Existem diferenças significativas entre os grupos ao nível de 1% nos dois modelos de Análise de Variância (ANOVA), ou seja, as diferentes classes econômicas percebem as duas dimensões que compõem a Imagem da Polícia de forma distinta.

A análise dos testes de comparações múltiplas de Scheffer apresenta a diferença entre os grupos. De acordo com a tabela 4, contrariando o pressuposto do estudo, as classes econômicas baixa/pobre e média/baixa não foram as classes que apresentaram a maior avaliação da “*imagem hostil da polícia*”. Isto é, a tabela apresenta evidências de

que existe distinção entre as classes, mas essa separação coloca justamente as classes mais altas com a maior avaliação de uma imagem hostil da polícia. Assim, as Classes média/alta e alta apresentam valores sistematicamente maiores do que todas as outras classes, o que significa uma imagem negativa da polícia.

Esses resultados são contrários ao pressuposto inicial deste trabalho, em que se considerou que o excesso de exposição à polícia por classes econômicas de menor poder aquisitivo teria uma avaliação pior da dimensão hostil da imagem da Polícia Militar quando comparadas relativamente às outras classes econômicas.

**Tabela 4 - Análise de Variância da “Dimensão hostil da imagem da polícia” por classes econômicas na cidade do Rio de Janeiro**

(I) Classe econômica	(J) Classe econômica	Diferença Média (I-J)	Erro padrão	Sig.	Intervalo de 95% de confiança	
					Limite inferior	Limite superior
Classe baixa/pobre	Classe média baixa	0,0529	0,0012	0,0000	0,0497	0,0562
	Classe média	-0,0062	0,0014	0,0002	-0,0101	-0,0023
	Classe média alta/alta	-0,0619	0,0054	0,0000	-0,0770	-0,0468
Classe média baixa	Classe baixa/pobre	-0,0529	0,0012	0,0000	-0,0562	-0,0497
	Classe média	-0,0591	0,0014	0,0000	-0,0630	-0,0553
	Classe média alta/alta	-0,1149	0,0054	0,0000	-0,1300	-0,0998
Classe média	Classe baixa/pobre	0,0062	0,0014	0,0002	0,0023	0,0101
	Classe média baixa	0,0591	0,0014	0,0000	0,0553	0,0630
	Classe média alta/alta	-0,0558	0,0054	0,0000	-0,0710	-0,0405
Classe média alta/alta	Classe baixa/pobre	0,0619	0,0054	0,0000	0,0468	0,0770
	Classe média baixa	0,1149	0,0054	0,0000	0,0998	0,1300
	Classe média	0,0558	0,0054	0,0000	0,0405	0,0710

\* Diferença média significativa ao nível de 5%

A avaliação da *percepção do aspecto organizacional e social da polícia* pelas classes econômicas apresentada pela Tabela 5 é surpreendente. As classes econômicas alta e baixa apresentaram as piores avaliações desse aspecto. Assim, essas classes avaliam a Polícia Militar do Rio de Janeiro de forma pior do que as classes intermediárias. Logo, entende-se que as características econômicas não influenciam na construção da imagem da polícia neste constructo. Desse modo, a exceção são as classes *média alta e alta*. Pode-se considerar que a classe baixa/pobre está realmente distante da PM o quanto se imagina, pois avalia sistematicamente pior que as classes média e média baixa. Ou seja,

à medida que tem uma avaliação negativa da polícia, mais afastado (menos interativo) esse grupo será com relação à polícia.

Parece que, em relação ao aspecto organizacional e social, a estrutura de classes econômicas apresenta o padrão de “U”, com as classes mais baixas e mais altas com uma nota significativamente maior em relação ao desrespeito e ineficiência do que as demais classes.

**Tabela 5 - Análise de Variância da “Dimensão organizacional e social da imagem da polícia” por classes econômicas na cidade do Rio de Janeiro**

(I) Classe econômica	(J) Classe econômica	Diferença Média (I-J)	Erro padrão	Sig.	Intervalo de 95% de Limite inferior Limite superior	
Classe baixa/pobre	Classe média baixa	0,1308	0,0012	0,0000	0,1275	0,1341
	Classe média	0,0588	0,0014	0,0000	0,0549	0,0627
	Classe média alta/alta	-0,1006	0,0054	0,0000	-0,1156	-0,0855
Classe média baixa	Classe baixa/pobre	-0,1308	0,0012	0,0000	-0,1341	-0,1275
	Classe média	-0,0720	0,0014	0,0000	-0,0758	-0,0682
	Classe média alta/alta	-0,2313	0,0054	0,0000	-0,2464	-0,2163
Classe média	Classe baixa/pobre	-0,0588	0,0014	0,0000	-0,0627	-0,0549
	Classe média baixa	0,0720	0,0014	0,0000	0,0682	0,0758
	Classe média alta/alta	-0,1594	0,0054	0,0000	-0,1746	-0,1441
Classe média alta/alta	Classe baixa/pobre	0,1006	0,0054	0,0000	0,0855	0,1156
	Classe média baixa	0,2313	0,0054	0,0000	0,2163	0,2464
	Classe média	0,1594	0,0054	0,0000	0,1441	0,1746

\* Diferença média significativa ao nível de 5%

## 6. Considerações finais

Este estudo apresentou os dois principais elementos que constroem a imagem da polícia percebida pela população residente na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, verificou-se empiricamente se esses constructos percebidos da imagem se distinguem por classes econômicas. Assim, tanto a dimensão “hostil da polícia” quanto a dimensão “aspecto organizacional e social” da imagem policial são discriminadas pelas classes econômicas.

Dessa forma, na parte que se relaciona ao aspecto organizacional e social, as classes mais baixas e mais altas apontam com uma avaliação significativamente maior em relação ao desrespeito e à ineficiência do que as demais classes, corroborando e adicionando novos elementos à visão da relação entre as classes econômicas e a imagem



da polícia. Assim, quais são as formas ou meios com que a Polícia Militar do Rio de Janeiro pode trabalhar sua imagem nesses dois contextos diferentes cultural, social e economicamente?

Na outra dimensão relevante da imagem policial, os resultados empíricos apresentam evidências de que a separação coloca justamente as classes mais altas com a maior avaliação de uma imagem hostil da polícia, contrariando a visão do pressuposto desta pesquisa de que a proximidade da classe baixa conduziria a uma avaliação negativa da imagem da polícia no Rio de Janeiro. Entretanto, o que se constatou por meio deste estudo é que a classe alta também faz uma avaliação negativa.

Assim, a hipótese que foi testada neste estudo foi confirmada parcialmente, pois, em um aspecto da imagem da polícia, a classe mais baixa, juntamente com a classe mais alta, avaliou a polícia de forma pior que as classes intermediárias, corroborando em parte a teoria de que a avaliação da imagem da polícia parece ter atingido a segmentação social. Dessa forma, pode-se afirmar que um componente da visão imagem da polícia não é mais individual e conjuntural, mas sim coletiva e estrutural. Ou seja, é estatisticamente significativa a diferença entre as classes sociais.

Abranches, ao afirmar que a autoridade constituída tende sempre a desrespeitar as cidadanias, sobretudo nas classes populares (ABRANCHES, 1994), parece ter seu argumento somente em parte sustentado empiricamente, uma vez que não somente as classes populares avaliaram negativamente a imagem da polícia.

Entretanto, quando se segmenta a imagem policial em diferentes constructos que vão desde a violência policial até a eficiência, a visão de que toda a imagem da polícia parece ser ruim, especialmente nos aglomerados de pobreza da cidade carioca, parece simplista, pois, além de a imagem da polícia ter mais de uma dimensão, apenas parte desses aspectos é avaliada negativamente pelas classes econômicas mais baixas. Em outras palavras, quando se analisa de forma multivariada a imagem policial, o pressuposto de que as classes com menor poder aquisitivo são as que têm a pior imagem não se sustentou empiricamente em todos os aspectos analisados. Por exemplo, a imagem da polícia pode ser ruim nas classes mais baixas em relação à dimensão Hostil da Imagem da Polícia, mas

não necessariamente essa imagem negativa se reflita na dimensão Organizacional da Imagem da Polícia.

Entre as possíveis implicações gerenciais, podem-se destacar os dois aspectos que a polícia deve atingir com um marketing positivo para mudar a sua imagem. Destaca-se também quais são as classes econômicas que devem ser atingidas na alteração dessa imagem. Dessa forma, para mudar a sua imagem perante a sociedade, a polícia deve estar atenta a esses aspectos relevantes destacados neste trabalho, principalmente porque a confiança dos cidadãos é um fator fundamental para o trabalho policial.

Com isso, este trabalho se torna relevante pelo fato de refletir sobre uma temática que permeia os estudos organizacionais tanto numa perspectiva gerencial – em que se busca a reflexão e o aperfeiçoamento de práticas que podem melhorar a reputação de uma organização perante os seus *stakeholders* –, quanto numa perspectiva acadêmica e social – em que se busca entender os atributos que compõem a cultura organizacional de uma instituição militar e a percepção da sociedade sobre as atitudes e ações dos membros que dela participam na busca do bem-estar (*a priori*) coletivo.

### Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: **VELLOSO et al.** *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- ARGENTI, P. A. *Comunicação Empresarial – A construção da Identidade, Imagem e Reputação*. Trad. de Adriana Rieche. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2006.
- BRITO, Mozart José; BRITO, Valéria da Glória Pereira. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. In: *Revista Brasileira de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 30, p. 138-165, 1996.
- CAMPBELL, Donald Thomas e STANLEY, Julian Cecil. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.
- CÁRDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. In: *Lusotopie*, pp. 299-328, 2003.
- CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 4, nº1, pp.53-69, 1999.
- GILLIAN, J., Valentino, N. A. e Matthew, N. Where you live and what you watch: the impact of racial proximity and local television news on attitudes about race and crime. *Political Research Quarterly*, vol. 55, n.4 dec 2002, pp. 755-780, 2002.

JESUS JÚNIOR, Ricardo Sousa de. *Espaço urbano e criminalidade na região noroeste de Goiânia-GO: a visão dos sujeitos sociais*. Universidade Federal de Uberlândia. mimeo. (dissertação de mestrado), 2005.

KAHN, Túlio. Segurança pública e trabalho policial no Brasil. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford, working paper 51 (june 2003). Conference 'Promoting Human Rights through Good Governance in Brazil', University of Oxford, 2003.

MORRISON, Donald F. *Multivariate Statistical Methods*. New York: McGraw HILL, 1976.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser – cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999. 286f. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. Uso de Força e Ostensividade na Ação Policial. *Conjuntura Política. Boletim de Análise nº 6*. Departamento de Ciência Política. UFMG, p. 22-26, abril de 1999.

NASCIMENTO, Nivio Caixeta do. *Entre as leis e o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa*. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, mimeo (tese de doutorado). Brasília: UNB, 2003.

NETER, John; KUTNER, Michael H.; NACHTSHEIM, Christopher J. e WASSERMAN, Willian. *Applied Linear Statistical Models*. Boston: McGraw HILL, 1996.

O GLOBO ONLINE. Policiais acusados de saquear caminhão de cerveja roubado estão em liberdade. Disponível em <[http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/01/27/policiais\\_acusados\\_de\\_saquear\\_caminhao\\_de\\_cerveja\\_roubado\\_estao\\_em\\_liberdade-328223523.asp](http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/01/27/policiais_acusados_de_saquear_caminhao_de_cerveja_roubado_estao_em_liberdade-328223523.asp)> Acesso em 03 mar 2008.

PAES, Vivian Ferreira. *Os desafios da reforma: uma análise de novas e velhas práticas da Polícia Judiciária do Estado do Rio de Janeiro*. Universidade Estadual do Norte Fluminense, mimeo. (dissertação de mestrado), 2004.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (Coleção Segurança e Cidadania, 2). Civilização Brasileira e CESeC, 2005.

SANTANA, Beatriz Gibson Cunha de. *Núcleo integrado de segurança comunitária: uma experiência*. Universidade Católica de Pernambuco. mimeo (dissertação de mestrado), 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

STALANS, Loretta J. Citizens' crimes stereotypes, biased recall and punishment preferences in abstract cases: the educative role of interpersonal sources law and human behavior. In: *Educative Role of Interpersonal Sources*. vol. 17, n.4, aug 1993, pp. 451-470.

TOIGO, Marcel Dornelles e FELIX, Sueli Andruccioli. Polícia e comunidade: conflitos e consensos. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais – Coimbra, 16, 17,18 de setembro de 2004.

